

**“NÃO SOU DE VERDADE”: a dimensão do corpo na
experiência da criança-trans
“I AM NOT REAL”: the dimension of the body in the
experience of the trans child**

Yasmim Marques de Souza¹

Anamaria Silva Neves²

João Luiz Leitão Paravidini³

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo, a partir da articulação de interrogantes que emergem da condução de um caso clínico, refletir sobre as possibilidades de intervenção da Psicanálise com infâncias que se constituem fora dos padrões hegemônicos de gênero, também identificadas como “crianças trans”. Parte-se de uma breve problematização dos discursos sobre a infância, que a mantém afastada das discussões sobre gênero e sexualidade, para desdobrar em vinhetas clínicas que levantam questões sobre qual cena esses discursos produzem no campo de subjetivação da criança, em especial na dimensão corporal. Aponta-se como direção de trabalho, nesta situação da “criança trans”, o encontro de enredamentos possíveis, capazes de gerar efeitos de estabilização da imagem de si e oferecer condições de sustentação para a existência de seu corpo no mundo.

Palavras-chave: Psicanálise, infância, criança trans, corpo, subjetivação

ABSTRACT: This article aims, based on the articulation of questions that emerge from the management of a clinical case, to reflect on the possibilities of psychoanalytic intervention with childhoods that are constituted outside hegemonic gender norms, also identified as “trans children.” It begins with a brief problematization of discourses on childhood, which tend to keep it removed from discussions of gender and sexuality, and unfolds into clinical vignettes that raise questions about the scene produced by these discourses within the field of the child’s subjectivation, especially in its bodily dimension. As a direction for clinical work in the case of the “trans child,” the paper points to the construction of possible entanglements capable of generating stabilizing effects on the self-image and of offering conditions that support the existence of the child’s body in the world.

Keywords: psychoanalysis; childhood; trans children; body; subjectivation

INTRODUÇÃO

No cenário brasileiro contemporâneo, a visibilidade das políticas sexuais e de gênero, amplamente amparada pelos estudos feministas e pela teoria Queer, permitiu a emergência da nomeação “criança trans” para grafar experiências de infância que rompem com a lógica hegemônica e binária de gênero. Porchat (2014) propõe que a transexualidade seja

¹ Graduanda do curso de Psicologia, (Universidade Federal de Uberlândia-UFU). E-mail: yasmimstarques@gmail.com

² Professora Titular do Instituto de Psicologia (Universidade Federal de Uberlândia-UFU). E-mail: anamaria.neves@ufu.br

³ Pós-doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais, pós-doutorado pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto(2005), Professor Associado da Universidade Federal de Uberlândia e da Universidade Federal de São João Del-Rei. E-mail: paravidini@ufu.br

entendida como um "conceito guarda-chuva", que abriga múltiplas formas de transitar pelos gêneros e desafia o "saber-poder" que tenta enquadrar essas infâncias em critérios diagnósticos rígidos ou em uma suposta natureza anatômica. Embora essa nova visibilidade ofereça caminhos para a invenção de si, ela também desperta profundas angústias entre os familiares e as escolas, que, pressionadas pela cisnormatividade, frequentemente recorrem à deslegitimação da criança ou ao processo de transição precoce como tentativas de aplacar incertezas e restaurar uma coerência binária. Nessa toada, propõe-se compreender a nomeação "trans" a partir do que Lacan anuncia em seu Seminário de 2018/1973/74, ("Os não tolos erram/Nomes do pai"): nomear em psicanálise vai além de apenas anunciar um lugar, de "se dizer" alguém. É um movimento de representar a dimensão da experiência de vida, que responde à lógica subjetiva. Dessa forma, a psicanálise torna-se aporte para compreender a formação subjetiva a partir de um corpo que é inscrito na linguagem através dos significantes do Outro, de forma que é próprio da subjetividade humana existir articulada à rede de significantes (Gonçalves & Ribeiro, 2024). Quando o campo do discurso engendra o regime de verdade baseado nos signos binários de gênero, aponta-se para efeitos de subjetivação que acabam por excluir outras vivências e formas de ser criança e se localizar na vida social.

Neste artigo propõe-se pensar a partir das articulações entre a teoria psicanalítica e a teoria queer os limites entre o psíquico e o social, a partir do corpo que se conjuga como instância pulsional, mas também é marcado pela história e pela cultura. Para isso, utilizam-se vinhetas clínicas produzidas a partir de atendimentos realizados com uma criança que reivindica a transição para o gênero feminino. No início dos atendimentos clínicos, a criança acabara de completar 5 anos e passava a reivindicar aos pais e à escola que pudesse "ser menina", o que envolvia o pedido para que a tratassem por pronomes femininos e o uso de roupas e acessórios designados como femininos. No movimento de tentar nomear, a família passou a organizar os cuidados à criança e começou a participar de grupos de familiares de pessoas "LGBTQIAP+", procuraram por acompanhamento multiprofissional especializado e convocaram reuniões na escola para orientação à equipe pedagógica. No entanto, na comunidade escolar outros sentidos de infância e de gênero foram acionados, de forma que a criança passou a enfrentar coerções diversas no ambiente escolar, sendo constantemente retirada do banheiro feminino e dirigida ao banheiro masculino, por exemplo, até que

passou a urinar na roupa, sendo corrigida e punida quando se referia a si no feminino. Nessa dimensão, a infância torna-se dispositivo da biopolítica que se entrelaça com os dispositivos de gêneros e sexualidades nos modelos delineados pelos discursos psicológicos, jurídicos e educacionais que salvaguardam a heteronormatividade e a cisgeneridade.

1. “CRIANÇA-INCAPAZ”: a tutela e a normatização das infâncias

“Surge a dúvida quanto à aplicação desses direitos a uma criança em idade tão precoce, ainda em desenvolvimento emocional e cognitivo [...] pela vulnerabilidade da criança” (Coordenadora da escola)

A fala acima foi proferida pela coordenadora da escola onde estudava a criança, durante a reunião realizada entre os pais, a equipe pedagógica e a psicóloga também autora deste trabalho. A reunião tinha como objetivo a solicitação do uso do nome social em toda a documentação e durante as interações no ambiente escolar, além da solicitação do uso do banheiro feminino pela criança. A partir do questionamento acerca da legitimidade dessas reivindicações, importa discutir e problematizar o lugar em que as crianças e jovens são localizados no contexto da produção do desejo e da expressão dos seus gêneros e sexualidades, muitas vezes vistos e tratados como sujeitos desprovidos da capacidade de discernir sobre sua própria existência e expressão. Aponta-se que essa desqualificação é fruto de uma lógica adultocêntrica, que situa a infância em um estado de inacabamento ou inaptidão, em que a criança não é reconhecida como um sujeito com direito aos seus próprios afetos e desejos, mas como um objeto de instrução passivo (Carvalho et al, 2018).

Essa visão hegemônica é reforçada por narrativas psicológicas desenvolvimentistas que impõem uma trajetória linear e normativa, tratando qualquer expressão de gênero dissidente como um "desvio" ou patologia a ser corrigida. Dessa forma, o que muitas vezes se protege sob a retórica da "proteção à infância" não é o direito da criança à autodeterminação, mas sim a manutenção da cisheteronormatividade e do projeto de nação heteropatriarcal (Preciado, 2019). Na contemporaneidade, nos discursos das tecno e biociências que se encontram os imperativos que passam a determinar as tensões relativas à suposta incapacidade sociopolítica de crianças e adolescentes para justificar a subordinação das infâncias a determinado ideal. Destaca-se aqui os modelos do desenvolvimento que operam sobre as experiências infantis, universais e a-históricas que

Revista Húmus

referenciam políticas educativas, sociais e de saúde, cujas características normativas e reguladoras têm sido implicadas nas políticas e práticas de exclusão (Burman, 2021).

A análise apreendida aqui é que há na produção das chamadas “ciências” certo fundamento ideológico do desenvolvimento, que não se constitui como campo de saber neutro, mas um dispositivo de regulação social. Com as leis e normas, supostamente, biológicas e naturais, constrói-se a figura abstrata da criança universal: dessexuada, descontextualizada e modelada a partir do ideal ocidental, branco, cisgênero, heteronormativo (Burman, 2021). Como afirmam Salgado e Souza (2018, p. 251), em nome “da inocência e do desenvolvimento normativos, cada manifestação das crianças que vai na contracorrente da infância ideal precisa ser capturada pelos aparatos institucionais que os conformam a um ‘dever ser’.”. Corazza (2000) chama tal mecanismo disciplinar de “dispositivo da infância”, que institui a criança como objeto epistemológico das Ciências Humanas e Naturais, sobre o qual se exercem práticas de investigação, mensuração, classificação e normalização, sustentadas por uma tecnologia.

Portanto, problematizar esse lugar de passividade exige uma mudança ética e política que reconheça crianças e jovens como atores sociais e protagonistas de suas próprias histórias (Favero, 2020). Aponta-se, então, para a necessidade de romper com as assimetrias radicais que delegam apenas aos adultos a autoridade sobre os corpos infantis, permitindo que a criança ocupe um lugar de sujeito de saber capaz de tencionar as normas e inventar novas possibilidades de existência. Para atingir essa proposta, parte-se da epistemologia crítica no campo de estudos da infância, que se faça sob a égide da criança como operador ético, capaz de revelar contradições sociais e subjetivas e aproximar a compreensão da experiência singular de infância.

Katz (2019) indica que “criança” é o significante que conjuga as dimensões do desenvolvimento, as possibilidades corporais e as determinações de sua época. Este significante comporta em si as disparidades culturais e os efeitos das estruturas de classe e dos marcadores sociais, tais como raça, gênero e deficiência, no interior de uma mesma cultura. Tal compreensão auxilia a alcançar a ideia que o lugar da criança no discurso social não é sempre o mesmo, mas é determinado pela dinâmica geopolítica e as interseções das práticas em torno das crianças e da infância. Nesta seara, questiona-se o que práticas discursivas têm construído enquanto o lugar da “criança trans”. Entende-se o corpo trans

como aquele que não se insere na lógica normativa de gênero que pressupõe que o sexo do organismo corresponde a sua performance social (Porchat, 2014). Evoca-se, então, a psicanálise como campo que permite pensar o diálogo entre o corpo social, que responde a lógica dos discursos e o corpo pulsional, que responde a lógica subjetiva.

2. O CORPO COMO SUPORTE PARA O DISCURSO

Durante as sessões era comum que a criança tentasse tirar a roupa repetindo diversas vezes que tem “um pinto”. Em uma de minhas tentativas de conter a exposição, ela começou a chorar e disse: “Eu não sou de verdade. Deus me fez errado, porque não existe menina de pinto”. (Trecho da sessão 5 com a criança)

Recorta-se a cena de atendimento acima, por apontar, justamente, para a impossibilidade de significação da experiência com o corpo, não grafada pelo regime de verdade em que sexo equivale a gênero em uma lógica binária. Revela-se o profundo sofrimento psíquico de uma criança capturada pela malha da cisnormatividade. Ao afirmar “Eu não sou de verdade”, a criança denuncia o processo de desrealização do humano que ocorre quando a existência de um corpo não encontra lugar nos esquemas de reconhecimento social, os quais ditam que sexo e gênero devem ser obrigatoriamente coerentes e binários. A partir do diálogo entre Psicanálise e teoria queer, aborda-se a questão do corpo enquanto lugar privilegiado para a formação subjetiva, mas também de reificação da cultura (Butler, 2003; Porchat, 2014). Assim, a experiência subjetiva do sujeito está relacionada à sua corporeidade concebida socialmente e significada pelos discursos.

No entanto, Butler acrescenta que o corpo não é redutível à linguagem: “A linguagem emerge do corpo. O corpo é aquilo em cima do qual a linguagem gagueja” (2004, p.112). De tal forma, o ato repetitivo de tirar a roupa e anunciar o órgão genital pode ser lido como o momento em que a linguagem “balbucia” sobre o corpo. A criança tenta materializar uma realidade física que o regime discursivo vigente tenta apagar ou considerar impossível — a existência de uma “menina de pinto”. Aponta-se os efeitos da infância prototípica, em que o desenvolvimento normal exige o alinhamento absoluto entre o corpo do nascimento e o desejo. Quando essa linearidade falha, a criança deixa de ser vista como sujeito de direito para ser tratada como um “equivoco da natureza” (Butler, 2019 p.99).

Evoca-se, então, a Psicanálise como a prática que permite distinguir o “corpo” do “organismo”, ao colocar em evidência a relação do corpo e da linguagem. É o advento da pulsão como ficção fundamental da psicanálise que refuta o funcionamento da sexualidade como instintual e natural. A consequência mais imediata desta concepção é que aquilo que se deve fazer como homem ou como mulher é regido pelo Édipo, como campo do Outro, e não pela biologia. De forma que as trocas fundamentais, entre elas o sexo, são regidas pela lógica significante (Lacan, 1964).

Se a linguagem capaz de organizar esse processo não é biológica ou natural, o funcionamento pulsional impele o sujeito a se servir de significantes que são do Outro para fundar sua significação, seu lugar no mundo. Lacan chama essa instauração do campo do Outro de alienação, primeira operação essencial que causa o sujeito de uma forma bastante específica: como não está mais no regime instintual do corpo, cai na malha significante, colado ao sentido que recebe do Outro (Lacan, 1964). Trata-se, então, da inscrição do sujeito na ordem simbólica em que ganha um nome e adquire uma identidade e um lugar no laço social. Lacan⁴ demarca a prematuridade com que o bebê humano chega ao mundo, não apenas pela condição física de seu corpo, mas, sobretudo, por uma prematuração simbólica, sob a qual se impõe que a criança se inscreva no discurso do Outro. No seminário 19, Lacan (2012/1971-1972) reafirma o rompimento com a ideia do corpo natural como causa imediata do fato de sermos humanos e introduzir o estatuto de acontecimento de linguagem, estabelecendo as relações do corpo com o discurso. Dessa forma, o corpo se apresenta como a marca da linguagem sobre o organismo: não se nasce com um corpo; é preciso produzi-lo com a linguagem.

Assim, estabelece-se o diálogo possível com a teoria de gênero desenvolvida por Judith Butler (2019), que afirma que o corpo, assim como a distinção entre os sexos, só pode ser pensado através da linguagem e de como as construções linguísticas criam uma matriz de inteligibilidade cultural que os institua como verdade. No campo da subjetividade destacam-se os discursos que salvaguardam a cis-heteronormatividade e acabam por excluir outras vivências e formas de fabricar um corpo e localizar-se na vida social. Vemos a incidência disso a partir da fala da criança que não encontra no enlaçamento discursivo da

⁴ Verificar Lacan (1960) Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “psicanálise e estrutura da personalidade”, p. 661.

linguagem capaz de sustentar a existência de seu corpo no mundo, produzindo efeito de não-inteligibilidade, de não-existência. Ao formular o sujeito, como aquele que se articula entre a pulsão e a cultura, Lacan (1962-1963/2005) irá interpretar o sintoma como a invasão do Real do corpo ao Simbólico. A partir dessa compreensão, a montagem sintomática da criança pode ser compreendida através da falha no enlace entre os registros do Real, Simbólico e Imaginário.

Para a psicanálise, o corpo não é um dado natural, mas uma construção que exige que o sujeito se reconheça em uma imagem, que seja representado por significantes e que o objeto *a* ordene seu campo pulsional. Quando a criança enuncia que "não existe menina de pinto", ela aponta para um impasse na constituição dessa imagem corporal e na sua representação simbólica. No caso apresentado, o órgão genital (o pinto) surge como um elemento do Real que invade a cena sem que haja um significante no Simbólico (menina) capaz de acolhê-lo ou dar-lhe sentido. Essa "invasão" do Real sobre o Imaginário (o corpo) é o que Lacan (1974-1975) define como a própria estrutura da angústia. A criança sente que seu corpo "gagueja" ou falha, pois a imagem de si não consegue consistir frente à presença desse real anatômico que a cultura rotula como contraditório.

Dessa forma, o sintoma pode ser interpretado como a invasão do Simbólico no Real, resultando da bricolagem do significante com o Real do corpo (Lacan, 1974-1975). A montagem sintomática da criança através do ato de tirar a roupa e a repetição da fala é uma tentativa de nomear o inominável. Ao dizer "não sou de verdade", a criança denuncia que a nomeação oferecida pela cultura (o binário homem/mulher) não serve de amarra para o seu gozo. O sintoma, portanto, surge como uma resposta defensiva: é a única forma que ela encontra de lidar com o mal-estar que invade o corpo e que não encontra lugar na linguagem. A compreensão do sintoma como acontecimento no corpo e como resposta subjetiva que tem como função armar a condição de sujeito frente a determinada posição diante dos termos da cultura.

A precariedade corpórea do humano impõe a urgência do sujeito em ser tomado pelos discursos. O corpo é fabricado no imaginário do espelho, mas não sem a mediação da palavra do Outro da linguagem, e dos significantes mestres que fornecem as vias identificatórias que enlaçam o real do corpo fragmentado ao discurso do Outro. No caso do corpo da criança aqui apresentada, na imagética do corpo, algo se faz como não reconhecido (não representável)

no discurso, qual seja, o pinto no corpo da menina. O lugar fixo do corpo imposto pelo regime binário de gênero não permite a invenção com o corpo e do corpo, pois se é menina tem vagina, se é menino tem pinto, impedindo qualquer dialética de ser ou não ser menino. Dessa forma, não é possível “ser” menina a partir da identificação com a imagem, pois o percebido é incompatível, externo ao padrão hegemônico e cisgênero dos corpos, aspecto que produz no sujeito o estado de angústia como expressão da ausência de referência.

Abre-se para a interrogação do “corpo trans” da criança, não só a imagem que fixa o sujeito no campo do Outro, mas as condições desse corpo de armar-se para além das determinações daquilo que o designa. Nessa perspectiva, interroga-se a Clínica Psicanalítica sobre a escuta das questões dessa infância que exige uma maneira singular de se relacionar com o discurso social e de produzir resposta do sujeito aos significantes que se presentificam nessa criança.

3. A CRIAÇÃO COM A CRIANÇA: o brincar como organizador e constituinte do corpo

A criança interessava-se bastante pelos contos-de-fada, e levou para a sessão o livro “A Pequena Sereia”. A psicóloga disse: ah! O livro da sereia que escolhe virar humana. Talvez seja parecido com a sua história: menino que escolheu ser menina. A criança respondeu: sereia não tem pinto, nem perereca. É peixe! (Trecho da sessão 8 com a criança)

Nesta outra passagem clínica, a criança segue com suas confrontações aos regimes de verdade de gênero que envolvem a genitalidade. No entanto, vê-se surgir uma abertura dos marcadores binários, a partir da ludicidade. A resposta da criança: “sereia não tem pinto, nem perereca. É peixe!” — representa uma potente subversão às narrativas lineares e normativas. Apesar do apontamento da psicóloga insistir na mudança de um “polo” de gênero ao outro, a criança utiliza a ludicidade para abrir um campo de experimentação que desafia a lógica cisnormativa. É a partir desse momento clínico que se instaura o brincar como uma ferramenta no manejo clínico. Aposta-se que a partir do brincar é possível inventar uma saída singular que dê uma consistência de verdade própria.

A Clínica Psicanalítica, se coloca a serviço da operação que consiste em “realizar o simbólico” (Coutinho Jorge, 2022 p.120), isto é, reinscrever o traço de Real na malha

simbólica, restituindo ao sintoma o caráter de ambíguo, de equívoco e duplo sentido. Nessa operação de transpor o sintoma para a dimensão discursiva, regida pela ambiguidade, a interpretação adquire estrutura análoga à do chiste. Sua eficácia não reside em fechar o sentido, e sim em abri-lo, desencadeando, assim, possibilidades de significação. No caso da criança atendida, se organiza um espaço simbólico mediado pelo brincar capaz de criar ou recriar uma linguagem passível de abarcar a experiência da criança com esse corpo. Propõe-se brincar como fato de linguagem privilegiado para dirigir-se à criança no território de sua própria infância e favorecer o trabalho de significação sobre aquilo que, no lúdico, se inscreve como enunciável (Souza et al, 2025).

Destacam-se mais cenas da constituição desse brincar em que a psicóloga se lança junto à criança no jogo simbólico do faz-de-conta. Com inspiração no gosto da criança por conto de fadas, instigado e mobilizado pelos livros de sua irmã, a psicóloga propõe a invenção do personagem “fantasminha”. Fantasminha não tinha forma própria, se inventava a cada lugar que ia. Na praia era caranguejo, no espaço virava um ser cor-de-rosa gigante. Nessa tessitura, foi possível contar, por meio da brincadeira, o que tinha de bom em não ser verdade, lançando-se constantemente à reinvenção. Na construção de “fantasminha”, a psicóloga e a criança pesquisaram (em nossas memórias, livros, internet outros seres (animais, seres fantásticos, personagens) que não se sabia sobre o sexo, ou até mesmo se eram meninos ou menina. Tal pesquisa foi fundamental para entender, junto à criança como esses seres se vestiam, como as pessoas os chamavam, como eles se apresentavam para pessoas novas. O “não-humano” se torna recurso que permite encontrar uma zona de ininteligibilidade de gênero que não se limita a anatomia dos corpos.

Em outro momento, criou-se um “mapa dos corpos”, em que se contornou os corpos da psicóloga e da criança em tamanho real no papel pardo. Dentro da delimitação do papel desenhava-se como se desejava que as pessoas as vissem, e tampava-se o que elas não queriam que fosse visto, de forma que a forma do corpo não precisasse ditar sua identidade. Ao contornar as silhuetas em tamanho real, o exercício retira o corpo do lugar de substância biológica imutável para tratá-lo como uma superfície de inscrição de desejos e significantes. De tal forma, materializa-se o que Porchat (2014, p.112) descreve como a possibilidade de desconstrução e reconstrução da imagem corporal a serviço da “invenção de si”. Dessa forma, enfatiza-se que o brincar não é uma atividade ingênua, mas um ato de decifração de

si e do mundo (Benjamin, 2002). Esse lugar lúdico, ocupado pela criança, é uma forma de agência infantil onde a criança disputa sentidos com o mundo adulto. Ao passo que as crianças brincam de gênero como um jogo de experimentação (Bento, 2014), os adultos fabricam subjetividade generificadas que conservam a ordem cisnormativa (Preciado, 2019).

O que as cenas clínicas permitem testemunhar é que, diante da insuficiência dos nomes, a criança, em sua condição de sujeito, pode indicar a possibilidade de existir para além da sobredeterminação inscrita pela cultura. É o brincar, enquanto experiência que se dá entre o corpo e a linguagem, que permite ecoar a própria ética da Psicanálise. Pois a linguagem comporta as diferentes formas de dizer, nas articulações entre língua e discurso; o sujeito serve-se das inscrições recebidas para se nomear, mas deve também ser capaz de nomear-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória percorrida demonstra que a nomeação "criança trans" surge em um cenário de visibilidade que, embora ofereça caminhos para a invenção de si, ainda enfrenta fortes resistências de instituições como a família e a escola. Os discursos desenvolvimentistas frequentemente tratam a criança como um ser "inacabado" ou "vulnerável", deslegitimando suas expressões de gênero como meros desvios ou patologias. A Psicanálise, em diálogo com a teoria queer, permite compreender que o corpo não é um dado puramente biológico, mas uma construção na linguagem. Compreende-se que por trás do enunciado "trans" há uma montagem sintomática que não se resume à escolha "menino ou menina". O sofrimento da criança ao dizer "não sou de verdade" denuncia a falha de um sistema social que não oferece significantes para acolher corpos que escapam ao binário "homem/mulher". Através de metáforas como a "sereia" ou o personagem "fantasminha", a criança consegue reinscrever o real do seu corpo em uma malha simbólica que suporta a ambiguidade e a reinvenção de si. Tais Práticas que permitem descolar a identidade da substância biológica imutável favorecem a reconstrução da imagem corporal a serviço de uma nomeação própria.

O presente texto ousou pensar a construção de práticas de cuidado que se estruturam sob a égide da criança como operador ético, capaz de revelar contradições sociais e subjetivas

e aproximar a compreensão da experiência singular de infância. Propõe-se que o papel da Psicanálise e das práticas de cuidado é oferecer condições de sustentação para a existência do corpo trans no mundo, o que implica reconhecer a criança como operador ético, capaz de revelar as contradições sociais em que está inserida e a transposição do sintoma para a dimensão discursiva, permitindo que a criança encontre seus próprios enredamentos e estabilize sua imagem, independentemente das imposições cisnormativas. Em última instância, aposta-se na condição da criança em lançar-se à possibilidade de encontrar enredamentos possíveis, capazes de gerar efeitos de estabilização da imagem de si e de dar condições de sustentação para existência de seu corpo no mundo.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre o brinquedo, a criança e a educação**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

BENTO, Berenice. **BRINCAR DE GÊNERO: uma conversa com Berenice Bento**. Entrevista concedida a Diego Madi Dias. Cadernos Pagu, [S. l.], n. 43, p. 475–497, 2014.

BURMAN, Erica. **DEVELOPMENTS: child, image, nation**. London: Routledge, 2021.

BUTLER, Judith. **PROBLEMAS DE GÊNERO: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

_____. **VIDA PRECÁRIA: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CORAZZA, Sandra Mara. **História da infância sem fim**. Ijuí: Unijuí, 2000.

CARVALHO, Cíntia de Souza; SILVA, Elisângela Ribeiro da; SOUZA, Solange Jobim; SALGADO, Raquel Gonçalves. **DIREITOS SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: avanços e entraves**. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 69–88, 2012.

FÁVERO, Sofia. **Crianças trans: infâncias possíveis**. Belo Horizonte: Devires, 2020.

JORGE, Mário Antônio Coutinho. **FUNDAMENTOS DA PSICANÁLISE DE FREUD A LACAN: v. 4: o laboratório do analista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

KATZ, Ilana. **INFÂNCIAS: uma questão para a psicanálise**. In: SURJUS, T.; MOYSÉS, Maria Aparecida (org.). Saúde mental infantojuvenil: territórios, políticas e clínicas de resistência. São Paulo: UNIFESP; Abrasme, 2019. p. 85–97.

LACAN, Jacques. **O SEMINÁRIO, LIVRO 22: R.S.I. (1974-1975)**. [S. l.: s. n.], 1975. Manuscrito não publicado.

_____. **O SEMINÁRIO, LIVRO 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. Trabalho original publicado em 1964-1965.

_____. **O SEMINÁRIO, LIVRO 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. Trabalho original publicado em 1962-1963.

_____. **O SEMINÁRIO, LIVRO 19: ...ou pior**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012. Trabalho original publicado em 1971-1972.

LACAN, Jacques. **OS NÃO-TOLOS ERRAM: os nomes do pai (Seminário 1973-1974)**. Porto Alegre: Ed. Fi, 2018.

SALGADO, Raquel Gonçalves; SOUZA, Leonardo Lemos. **GÊNEROS, SEXUALIDADES E INFÂNCIAS: cenas de crianças na contramão da inocência**. Childhood and Philosophy, [S. l.], v. 14, n. 29, p. 241–258, 2018. DOI: 10.12957/childphilo.2018.30540.

Disponível em:
<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/childhood/article/view/30540>. Acesso em:
19 jan. 2020.

SOUZA, Yasmim Marques de; NEVES, Anamaria Silva; PARAVIDINI, João Luiz Leitão. **“CRIANÇÁVEL, EU?”: ética, política e escuta na desconstrução da infância hegemônica**. Stylus: Revista de Psicanálise, [S. l.], n. 50, p. 91–103, 2025.

PORCHAT, Patrícia. **O CORPO: entre o sofrimento e a criatividade**. Revista EPOS, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 112–130, 2014.

PRECIADO, Paul B. **TESTO JUNKIE: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2019.